

Análise socioeconômica de unidades de produção familiar rural sem sucessores

Simone Bianchini¹, Regina H. Bernardes², João A. Motta Neto³

1. Eng.^a Agrônoma - Extensionista Rural da EPAGRI - São Miguel do Oeste/SC

2. Eng.^a Agrônoma - Prof.^a do IFMA - Campus São João dos Patos/MA; * regina.bernardes@ifma.com.br

3. Eng.^o Agrônomo - Prof. do IFNMG - Campus Diamantina/MG

Palavras Chave: *Agricultura Familiar; Sucessão Rural; Êxodo Rural.*

Introdução

O padrão reprodutivo das unidades de produção familiar rural na região sul do Brasil era muito característico até o final dos anos 1960, pois mais do que produzir alimentos, a agricultura familiar era responsável também pela criação de novas unidades familiares de produção.

Essa tradição na formação de novos agricultores e na sucessão da propriedade familiar rural encontra-se fortemente abalada. Conforme Mello (2005), acabou a fusão entre o destino da unidade produtiva e o da própria família, levando a uma espécie de implosão dos critérios sucessórios e hereditários tradicionais sem que estes fossem substituídos por outras formas predominantes.

Neste contexto, este estudo desenvolvido na região oeste de Santa Catarina, no município de Paraíso, teve como objetivo identificar e analisar o processo sucessório em unidades familiares, considerando as suas características sob o ponto de vista econômico e social.

Resultados e Discussão

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da análise integrada de dados quantitativos e qualitativos, obtidos pela aplicação de entrevistas a 15 casais de agricultores familiares. Estes residiam em unidades de produção sem sucessores, no município de Paraíso, sendo representativo da condição socioeconômica das demais propriedades familiares da região oeste catarinense. As entrevistas realizadas foram embasadas em questionários semiestruturados. A amostra da pesquisa não teve caráter probabilístico e a seleção foi intencional cujo critério foi selecionar propriedades familiares com a ausência de sucessores.

Dados coletados durante a pesquisa de campo apontaram que apenas em 20% das unidades familiares o trabalho desenvolvido nas lavouras é totalmente manual, enquanto que nos 80% restantes este trabalho é total ou parcialmente mecanizado. Na maior parte dos casos estas máquinas (geralmente usadas no preparo do solo, plantio e colheita) são contratadas da Prefeitura Municipal ou de terceiros. A diminuição da penosidade do trabalho é uma das razões que pode explicar a opção pela mecanização da lavoura por casais que pretendem continuar na atividade agrícola. Por outro lado, a contratação de máquinas é um fator que contribui para o aumento dos custos de produção, influenciando diretamente a renda dessas unidades familiares.

Em relação à contratação de mão-de-obra: 87% das famílias não contratam nenhum tipo de mão-de-obra e 13% a contratam esporadicamente. Estes dados demonstram que, mesmo que a maior parte das propriedades tenha suas lavouras mecanizadas, diminuindo em parte a penosidade do trabalho, as demais atividades estão sob responsabilidade do casal, gerando

um grande número de atribuições nos afazeres do dia a dia e uma sobrecarga de trabalho atual e futuro.

A geração de renda nas propriedades é um elemento chave para o tema da sucessão familiar, conforme apontaram os entrevistados. A falta de renda fixa e a pouca valorização dos produtos agrícolas estão entre os elementos que contribuem de forma definitiva na opção dos filhos em partir para o meio urbano em busca de alternativas mais promissoras.

Também foi analisada a existência de membros das famílias que recebem benefícios da previdência social e, nos casos positivos, quanto o valor da aposentadoria representa na renda total da propriedade. Ademais, buscou-se verificar se existiam outras rendas que não as provenientes das atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade. Constatou-se que 47% das propriedades têm como única fonte de renda as atividades agrícolas; em outros 40%, há presença de uma ou duas aposentadorias. As atividades não agrícolas não foram apontadas como significativas para a geração de renda das unidades familiares analisadas.

Os dados coletados apontam para uma grande importância da aposentadoria na renda familiar daquelas famílias onde há aposentados. Quando o casal é aposentado, a aposentadoria representa entre 50% e 75% da renda total da propriedade. Quando apenas um dos familiares é aposentado, o valor representa entre 25 e 50% da renda total. Os valores apontados são significativos e, possivelmente, denotam que a renda gerada de atividades agrícolas são como afirmam os próprios agricultores, muito baixas.

Conclusões

Considerando os dados relativos à região oeste catarinense diante de um número significativo de propriedades que se encontram sem sucessores ou na eminência de muito em breve passarem para esta condição, cabe uma preocupação com o futuro da agricultura familiar, tendo em vista o esvaziamento do meio rural, principalmente por aqueles que são a força renovadora da agricultura familiar: a juventude.

Neste sentido, o surgimento de novas atividades no meio rural, como as que realizam a transformação, beneficiamento ou processamento de algum produto agrícola, agregando-lhe valor, denominado de agroindústrias familiares; o desenho de novos formatos técnico-produtivos com base na agroecologia e a diversificação dos espaços rurais com o turismo rural podem ser interessantes no sentido de proporcionar maior atratividade para os jovens agricultores.

Referência

MELLO, Márcio Antonio. **Estudos básicos regionais: Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2005, 1 CD-ROM.